REFLEXÕES ACERCA DA RELEVÂNCIA
DA QUESTÃO FEDERAL À LUZ DO
ANTEPROJETO DE REGULAMENTAÇÃO
INFRACONSTITUCIONAL

Luiz Rodrigues Wambier

Autor Convidado

REFLEXÕES ACERCA DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL À LUZ DO ANTEPROJETO DE REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

REFLECTIONS ON THE RELEVANCE OF THE FEDERAL QUESTION IN THE PRELIMINARY DRAFT OF INFRACONSTITUTIONAL REGULATION

Luiz Rodrigues Wambier

Advogado com intensa atuação no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Sócio do escritório Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados. Professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Autor, entre outros livros, do *Liquidação da Sentença Civil e do Curso Avançado de Processo Civil*, e de diversos artigos publicados em revistas jurídicas, nacionais e estrangeiras. E-mail: luiz.wambier@wambier.com.br. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6038245889031645>

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO. 2 A FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3 A EC 125/2022 E O ANTEPROJETO PARA REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL. 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

SUMMARY: 1 INTRODUCTION. 2 THE CONSTITUTIONAL ROLE OF THE SUPERIOR COURT OF JUSTICE. 3 THE CONSTITUTIONAL AMENDMENT 125/2022 AND THE DRAFT FOR INFRACONSTITUTIONAL REGULATION OF THE RELEVANCE OF THE FEDERAL ISSUE. 4 FINAL CONSIDERATIONS. REFERENCES.

RESUMO

A EC 125/2022 introduziu no sistema recursal brasileiro um novo requisito para admissibilidade dos recursos especiais: a presença da relevância da questão federal discutida. Trata-se de se exigir que o recurso, para que seja apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), veicule questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que transcendam a esfera individual das partes. Este breve ensaio examina as disposições da EC 125/2022, bem como o texto do anteprojeto de lei proposto pelo STJ para regulamentação infraconstitucional da matéria. Confere especial atenção às hipóteses em relação às quais o legislador constituinte derivado reputou ser presumida a relevância, apresentando novas hipóteses que poderão ser inseridas pelo legislador infraconstitucional diante da cláusula aberta do art. 105, § 3.º, VI, da Constituição Federal.

Palavras-chave: Superior Tribunal de Justiça; função constitucional dos Tribunais Superiores; relevância da questão federal; anteprojeto de regulamentação infraconstitucional; relevância presumida.

ABSTRACT

The Constitutional Amendment 125/2022 introduced into the Brazilian appeals system a new requirement for the admissibility of special appeals: the presence of the relevance of the federal issue discussed. It is about demanding that the appeal, in order to be considered by the STJ, convey relevant questions from an economic, political, social or legal point of view, which transcend the individual sphere of the parties. This brief essay examines the provisions of the Constitutional Amendment, as well as the text of the bill proposed by the STJ for the infraconstitutional regulation of the matter. It pays special attention to hypotheses in relation to which the derived constituent legislator deemed relevance to be presumed, presenting new hypotheses that may be inserted by the infraconstitutional legislator in view of the open clause of art. 105, § 3, VI, of the Federal Constitution.

Keywords: Superior Court of Justice; constitutional function of the Superior Courts; relevance of the federal issue; draft of infraconstitutional regulation; presumed relevance.

1 INTRODUÇÃO

A PEC da Relevância da Questão Federal (209/2012) teve origem em proposição aprovada pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça, em março de 2012. Na Justificação da PEC, consta que a iniciativa do estabelecimento de um novo pressuposto para a admissibilidade dos recursos especiais derivou da circunstância de que, no exercício de sua competência de dar a última palavra acerca do direito federal, o Superior Tribunal de Justiça se depara com inúmeros problemas decorrentes do excesso de recursos submetidos a julgamento.

O problema da sobrecarga de recursos perante o STJ não se associa apenas à quantidade de processos em si, mas à própria unidade do direito. O excessivo número de recursos e ações autônomas pendentes de julgamento gera para os tribunais superiores carga exaustiva de trabalho, dificultando a prestação da tutela jurisdicional adequada e a gestão de teses.¹

No âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), a constatação de tais adversidades deu causa ao estabelecimento do requisito da repercussão geral. De acordo com dados estatísticos apostos no texto da Justificação da PEC, a introdução de um novo filtro para admissibilidade dos recursos extraordinários resultou em considerável redução do número de processos em trâmite perante aquele tribunal (de 159.522, em 2007, quando entrou em vigor a Lei n. 11418/2006, que regulamentou o art. 102, § 3.º, da CF, para 38.109, no ano de 2011).

Segundo lá se registrou, a conclusão foi a de que o emprego de medida semelhante ao recurso especial poderia acarretar considerável redução no congestionamento e melhora no funcionamento do STJ, devendo a parte recorrente, para a subida de seu recurso, demonstrar a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, para além dos interesses individuais da causa.²

¹ A respeito, cf. CUNHA, Guilherme Antunes da; SCALABRIN, Felipe. A relevância da questão federal como novo requisito de admissibilidade do Recurso Especial: reflexões iniciais. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, Rio de Janeiro, a. 16, v. 23, n. 3, p. 120-148, set./dez. 2022, p. 120-121.

² Apesar da regulamentação precisa do conceito de **relevância** ficar sob responsabilidade do legislador infraconstitucional, é possível extrair da Constituição Federal um **núcleo conceitual essencial** do que constituiriam questões relevantes. De maneira geral, são aquelas que transcendam o interesse individual das partes envolvidas no processo do ponto de vista econômico, político, social, ético ou jurídico. Como já destaquei em outro espaço, em coautoria, “tal como se dá na repercussão geral do recurso extraordinário, a relevância da questão federal não deverá ser aferida apenas pela perspectiva de que a matéria abranja um grande número de jurisdicionados. A possibilidade de a questão repetir-se em grande número de processos é, sem dúvida, uma das hipóteses de configuração da relevância. Mas não é a única. A relevância igualmente estará presente em questões que, embora sem a tendência de reproduzir-se em significativa quantidade de litígios, versem sobre temas fundamentais para a ordem jurídico-constitucional” (WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Processo Civil: cognição jurisdicional (processo comum de conhecimento e tutela provisória)*. 21. ed. v. 2. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 665).

De modo geral, a introdução do novo requisito de admissibilidade dos recursos especiais embasa-se na constatação de que o STJ, enquanto Tribunal Superior vocacionado a garantir a unidade do direito federal infraconstitucional e uniformidade em sua interpretação, não deve atuar como se de terceira instância se tratasse.

Parcela da doutrina dedicada ao tema sustenta, nesse sentido, que o filtro da relevância não implica a redução das hipóteses de acesso à justiça, porquanto ao STJ não cabe se posicionar em todo e qualquer processo, especialmente nos casos mais ordinários, que impactam apenas e tão somente a órbita individual dos sujeitos envolvidos na causa. Segundo essa linha de raciocínio, é provável que a inserção do filtro da relevância e a restrição de sua atuação a casos que efetivamente exijam a apreciação do STJ resulte numa melhor qualidade e racionalização da prestação da tutela jurisdicional por esse Tribunal.

Gustavo Osna (2022) percebe a implantação do filtro da relevância no Recurso Especial como uma “tentativa de estreitamento das portas do Tribunal”. Contudo, em seu entender, não se trata de mera redução da carga de trabalho dos Ministros, mas de verdadeira e importante ferramenta para viabilizar o aprimoramento da atuação do tribunal, direcionando-a para questões que tenham direta relação com a função constitucionalmente atribuída ao STJ.³

³ OSNA, Gustavo. Uma corte em “tragédia” pode ser suprema? Algumas notas sobre a relevância em recurso especial. *In: Relevância no REsp: pontos e contrapontos*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. Livro eletrônico, p. RB-3.4. Para William Soares Pugliese, com a adoção do filtro da relevância, o STJ deixa de ser um tribunal de cassação para consolidar-se como tribunal de precedentes. Segundo o autor, o processo possui como função a solução de casos, mas também a formação de precedentes. Com esse novo filtro, sedimenta-se a separação entre essas funções do STJ e dos juízes e tribunais estaduais, estes, sim, vocacionados ao desempenho da função de resolução dos casos. Ao admitir o recurso especial, no entender do autor, o escopo principal é a formação do precedente, “preservada a necessidade de aplicar o direito ao caso, nos termos do art. 1.034, do CPC” (PUGLIESE, William Soares. Superior Tribunal de Justiça, precedentes e relevância. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, Rio de Janeiro, a. 17, v. 24, n. 1, p. 468-495, jan./abr. 2023, p. 469).

2 A FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A função primordial⁴ do Superior Tribunal de Justiça (e também do Supremo Tribunal Federal, no plano do direito constitucional) está intimamente ligada à própria finalidade dessa espécie de recurso excepcional, no sentido de que serve ao objetivo de conferir unidade e integridade ao direito federal infraconstitucional, propiciando, portanto, correta interpretação e aplicação da norma.

Incumbe-lhe a atribuição de uniformizar a interpretação do direito federal infraconstitucional, garantindo que os sujeitos envolvidos em conflitos versando idêntica questão de direito recebam do Poder Judiciário a mesma solução jurídica, em restrita observância à regra constitucional da isonomia.

Outra função constitucionalmente conferida ao Superior Tribunal de Justiça, que se aprofunda com a introdução do novo filtro de admissibilidade dos recursos especiais é a função paradigmática, que faz com que as decisões do STJ funcionem como parâmetro interpretativo para os demais órgãos jurisdicionais no país em relação às matérias de sua competência.

Esse enquadramento decorre de certa aproximação que nosso sistema tem experimentado com o sistema da *common law*, notadamente com a introdução do microssistema de julgamento de casos repetitivos. Essa aproximação, todavia, não acarreta a migração do sistema adotado no Brasil para o sistema da *common law*. Apesar do maior reforço legislativo que a função dos Tribunais Superiores de definição de teses jurídicas com força vinculante recebeu nos últimos tempos, nosso sistema se conserva

⁴ A respeito das funções dos Tribunais Superiores no julgamento dos recursos excepcionais, ver, com mais vagar: ALVIM, Teresa Arruda; DANTAS, Bruno. **Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores**: precedentes no direito brasileiro. 4. ed. em e-book baseada na 6. ed. impressa. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

ancorado na *civil law*, uma vez que nossa tradição jurídica permanece pautada na lei como primordial fonte do direito.⁵

Essa função está retratada no texto normativo, de maneira geral, no art. 927 do CPC, que impõe aos juízes e tribunais o dever de observar as decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade, os

⁵ Segundo consignei em outro espaço, com Eduardo Talamini, “Há décadas, nota-se uma aproximação entre os sistemas da *civil law* e da *common law*: cada vez é maior a relevância que a jurisprudência assume na *civil law*; são cada vez mais frequentes as normas jurídicas, na *common law*, que advêm de textos legais positivados. Mas permanecem sendo modelos muito distintos. O papel que os precedentes (no sentido próprio, tradicional) têm na *common law* não deriva de uma simples atribuição de especial eficácia a eles – de resto inexistente. Antes, é fruto de seculares tradições. O direito inglês consolidou-se dessa forma: com um conjunto de costumes, decisões judiciais e mesmo, na origem, manifestações doutrinárias de tratadistas formando um arcabouço jurídico que veio a constituir a ‘lei da terra’ ou ‘lei comum’. A ideia de que o direito é aquilo que os tribunais decidiam no passado, que os antepassados tinham por correto, está arraigada nessa tradição jurídica. Na *civil law*, modelo em que se enquadra o Brasil, o primado é da lei positivada. Isso, porém não significa que as decisões judiciais limitem-se a declarar ou descobrir o sentido da lei. O direito é fato, valor e norma. O texto escrito da lei, em si, pouco representa. O seu significado não é meramente extraído, mas construído, definido, não apenas a partir da letra da lei (que não deixa de ser elemento de grande importância), mas também dos valores sociais, políticos, econômicos e culturais reinantes na sociedade. Esse papel construtivo é atribuído não apenas aos órgãos judiciais, mas a todos aqueles que aplicam, vivenciam, diariamente o direito. Esse fenômeno, em algum grau sempre presente no direito da *civil law*, intensificou-se a partir da Segunda Guerra Mundial – até mesmo como uma reação ao fato de que um ordenamento positivado tenha se prestado a legitimar atrocidades como as praticadas pelo regime nazista. Estabeleceram-se sistemas de Constituições rígidas e se multiplicaram as normas com caráter principiológico e (ou) que empregam conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais, de modo que, cada vez mais, a definição do sentido e alcance do comando normativo depende da consideração particularizada dos valores reinantes na sociedade. Nesse contexto, as decisões jurisdicionais assumem especial importância – seja para definir soluções para o caso concreto, seja para produzir diretrizes jurisprudenciais que contribuem para a própria conformação do ordenamento jurídico como um todo [...]. Assim, o CPC/2015 não inaugura um novo modelo de fontes do direito. O cenário acima descrito já se punha antes e independentemente dele. O Código, portanto, não é causador de nenhuma alteração de paradigmas. Antes, ele é o reflexo de paradigmas que foram gradativamente se alterando nos últimos cinquenta ou sessenta anos. As regras que atribuem força vinculante a determinados precedentes não alteram as balizas do direito material. São mecanismos eminentemente processuais – ainda que engendrados tendo-se em vista as necessidades e peculiaridades do atual sistema jurídico” (WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil: cognição jurisdicional** [processo comum de conhecimento e tutela provisória]. 21. ed. v. II. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 763).

enunciados de súmula vinculante, os acórdãos de recursos repetitivos e os enunciados das súmulas do STF e STJ.

Outra disposição importante é a do art. 1.030, que autoriza o presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido a negar seguimento a recurso extraordinário envolvendo matéria em relação a qual já se consignou não haver repercussão geral ou a recurso interposto contra decisão cujo teor está em consonância com o entendimento exarado em recursos repetitivos. Ou, ainda, a remeter o processo ao tribunal de origem para o exercício do juízo de retratação caso a decisão recorrida contrarie entendimento do STF ou do STJ exarado sob o rito dos repetitivos ou da repercussão geral.

Essas diretrizes também se estenderão ao recurso especial, independentemente da afetação para julgamento sob o rito dos repetitivos, caso aprovada a disposição contida no anteprojeto de lei proposto pelo STJ para regulamentação infraconstitucional da EC 125.

Por fim, além das funções constitucionalmente determinadas ao STJ, de que acima se tratou, há também aquela associada à aplicação do direito ao caso concreto, referenciada no art. 1.034 do CPC. Embora essa não seja a principal atribuição do STJ, uma vez admitido o recurso especial, incumbe-lhe julgar o caso concreto, aplicando o direito. Nessa etapa do julgamento, aprofunda-se o efeito devolutivo do recurso, devolvendo-se ao STJ o conhecimento dos demais fundamentos relacionados ao capítulo impugnado (art. 1.034, parágrafo único), exceto, evidentemente, se houver necessidade de reexame de fatos e provas, caso em que o recurso deverá ser remetido ao tribunal de origem para rejuízo da causa.

A atribuição de mais um filtro para admissibilidade dos recursos especiais em nada muda essa dinâmica de julgamento, de modo que o STJ permanece exercendo todas as funções constitucionais que lhe foram atribuídas mediante o processamento e julgamento desses recursos.

Trata-se, então, apenas e tão somente, de restringir a apreciação pelo tribunal a casos com elevada carga de transcendentalidade, de modo a sobre-exceder a esfera individual dos sujeitos envolvidos.

3 A EC 125/2022 E O ANTEPROJETO PARA REGULAMENTAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL

Examinando o texto da emenda, vê-se que dispõe o § 2.º que, na interposição do recurso especial, deverá o recorrente demonstrar

a relevância das questões de direito infraconstitucional discutidas no caso, **nos termos da lei**, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal, o qual somente pode dele não conhecer com base nesse motivo pela manifestação de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento (grifo nosso).

A redação do dispositivo guarda profunda semelhança com a do art. 102, § 3.º, da CF, relativamente à repercussão geral.

A grande diferença repousa, todavia, na circunstância de que, quando o § 3.º foi introduzido no art. 102 pela EC/45, impôs-se ao Congresso Nacional que elaborasse, no prazo de 180 dias, projeto de lei para a regulamentação infraconstitucional da matéria. O mesmo não ocorreu quanto à alteração mais recente. O dispositivo apenas emprega a expressão “nos termos da lei”, postergando para um segundo momento essa regulamentação.

Na proposta do anteprojeto de lei para regulamentação da EC 125, elaborado pelo STJ, buscou-se definir o que seria, para fins de atendimento da nova exigência, a relevância da questão federal. Segundo consta no art. 2.º, § 1.º, do anteprojeto, que pretende inserir ao CPC o art. 1.035-A, a análise passará pela verificação da existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo, na mesma linha da redação conferida ao art. 1.035, § 1.º, que trata da repercussão geral.

Segundo lá consta, o recorrente deverá comprovar a presença da relevância em tópico específico e fundamentado, de modo que, desatendida essa forma, “o recurso será inadmitido”. Caso essa disposição seja aprovada nesses termos, é fundamental que, no plano prático, ela seja interpretada à luz da sanabilidade dos vícios de forma, da primazia da decisão de mérito e do dever de cooperação entre juiz e partes, diretrizes consagradas no CPC/2015 como norte da prestação da tutela jurisdicional. Como

já consignei em outra oportunidade, com Eduardo Talamini (2022), existe diferença entre a questão discutida não ser dotada de relevância, descumprindo-se substancialmente o requisito, e o recurso ser dotado dessa qualidade, porém, a parte deixar de adequadamente demonstrá-la em sua peça recursal.

Na redação do art. 105 da CF, com as alterações promovidas pela EC 125, o § 3.º veicula um elenco de situações em que a relevância da questão federal será presumida. São elas: (I) ações penais; (II) ações de improbidade administrativa; (III) ações cujo valor da causa seja superior a 500 salários mínimos; (IV) ações que possam gerar inelegibilidade; (V) quando o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do STJ; e (VI) em outras hipóteses previstas em lei.

Esse rol de hipóteses em que se considera presumida a relevância não constava do texto original da PEC 209/2012. Segundo destacam Rennan Thamay e Bernardo Silva de Seixas (2022), da leitura do dispositivo mencionado, percebe-se a preocupação do legislador com os recursos que possam ocasionar a restrição de direitos relativos à dignidade humana, como a liberdade (objeto de ações penais, ações de improbidade administrativa) ou que venham a impor limites a direitos políticos (ações que geram inelegibilidade).

Sem dúvida, em relação à presunção da relevância nessas primeiras hipóteses, não há o que se possa refutar. A ingerência estatal na liberdade dos indivíduos, assim como nos direitos políticos e os casos de improbidade administrativa devem inexoravelmente poder ser objeto de apreciação pelo tribunal superior.

Quanto ao disposto no inciso III, “ações cujo valor da causa seja superior a 500 salários mínimos”, há um ponto importante a ser considerado. É possível, no plano prático, que o valor da causa não reflita a importância sobre a qual efetivamente versará o recurso. E, além disso, pode ocorrer que a parte não tenha podido atribuir à causa valor compatível com aquele que será executado, em momento posterior, no cumprimento de sentença. Pense-se, por exemplo, nas hipóteses em que nem mesmo o juiz, no curso da ação de conhecimento, consegue especificar o *an debeatur*, postergando tal definição para a ação de liquidação.

Não significa que esses casos jamais passarão pelo filtro da relevância. Em tais circunstâncias, caberá ao recorrente a incumbência de demonstrar, no caso subjacente, a presença da relevância.

Porém, pode ocorrer que, nessas circunstâncias, eventual recurso especial interposto na ação de conhecimento seja inadmitido por se considerar ausente o critério da relevância, apesar do zelo do advogado em buscar demonstrá-la, porém, em momento posterior, no bojo da liquidação, venha a se verificar que o processo efetivamente envolvia valor superior ao parâmetro do art. 105, §3.º, III.

No entender de Humberto Theodoro Jr. (2022), há nesse inciso um afastamento da transcendentalidade inerente ao sistema da repercussão geral. Para o autor, o valor da causa é significativo apenas para as partes envolvidas no processo, não havendo interesse social do ponto de vista desse critério.

Outra disposição que merece acurada reflexão é a do inciso IV, que veicula a relevância presumida do recurso especial interposto contra acórdão que contrariar **jurisprudência dominante** do STJ. É importante que se questione o que significa, em extensão, conteúdo e em termos práticos, a expressão “jurisprudência dominante”.

A princípio, é possível sustentar que o intérprete poderia se basear no próprio elenco do art. 927 do CPC: 1) decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; 2) enunciados de súmula vinculante; 3) acórdãos proferidos em IAC, IRDR ou em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; 4) enunciados das súmulas do STF e do STJ, em matérias constitucional e infraconstitucional, respectivamente; 5) orientação do plenário ou do órgão especial aos quais os julgadores estejam vinculados.

A redação do Regimento Interno do STJ, no entanto, no art. 34, XVIII, *b)* e *c)*, elenca cada uma dessas categorias como sendo coisas distintas.⁶

⁶ “Art. 34. São atribuições do relator:
(...)
XVIII - distribuídos os autos:

Considerando-se que legislador derivado empregou termo vago, é necessário que se analise mais a fundo o conceito, inclusive porque a interpretação do dispositivo, na pendência de maior regulamentação, pode dar margem a concepções destoantes acerca do delineamento do conceito de jurisprudência dominante.

Segundo tratei em texto antigo, específico sobre o tema,

a sociedade não pode ser lançada à busca ‘mágica’ do pensamento dominante, sem que se lhe dêem parâmetros objetivos e temporais para tanto, e que se lhe permita o acesso a dados organizados e quantificados pelos próprios Tribunais (Wambier, 2000, p. 81-87).

Sugeri na oportunidade – e mantenho esse posicionamento nos dias atuais – que a aferição da **jurisprudência dominante** fosse realizada com base em parâmetros puramente objetivos.

Em meu entender, à época registrado, para se estabelecer um critério objetivo, poderíamos reputar dominante a jurisprudência quando houvesse a reiteração de decisões majoritárias daquela Corte, no mesmo sentido, na proporção de 70% por 30%, durante um período preestabelecido (cinco anos, três anos ou dois anos, por exemplo, contados retroativamente). Somam-se, assim, critérios quantitativos e qualitativos.

Lá afirmei que poderíamos pensar na flexibilização da questão, admitindo a subida de recurso ao Superior Tribunal de Justiça, com base na jurisprudência dominante, na medida em que, naquele Tribunal Superior, houvesse demonstração de tendência à alteração do entendimento, o que poderia ser aferido pelo **estreitamento das proporções entre um e outro entendimentos**.

(...)

b) negar provimento ao recurso ou pedido que for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou, ainda, a **jurisprudência dominante** acerca do tema;

c) dar provimento ao recurso se o acórdão recorrido for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou, ainda, a **jurisprudência dominante** acerca do tema”.

Na sistemática que entrará em vigor tão logo haja a regulamentação infraconstitucional, penso que o próprio fenômeno caracterizado pelo movimento de alteração do entendimento poderá também ser empregado como fundamento para caracterização da relevância (ainda que não presumida).

Sobre o tema, Georges Abboud, Pedro França Aires e Matthäus Kroschinsky sustentam que a ideia de jurisprudência dominante não pode ser calculada apenas e tão somente por critérios quantitativos. No entender dos autores, “a verdadeira importância que uma orientação adquire no seio de um tribunal decorre da sua possibilidade de traduzir uma posição efetivamente madura a respeito de certo assunto” (Abboud; Aires; Kroschinsky, 2022, p. 241-261).

Os autores estabelecem os seguintes parâmetros mínimos e necessariamente cumulativos para caracterização da jurisprudência dominante:

- (1) ao menos duas decisões de um órgão efetivamente representativo da posição institucional daquele tribunal;
- (2) tratarem da mesma questão jurídica;
- (3) discussão técnica a respeito da questão; e
- (4) exposição clara dos fatos e razões que levaram o tribunal a adotar esta ou aquela posição (Abboud; Aires; Kroschinsky, 2022, p. 241-261).

Nesse contexto, sustentam os autores que o STJ deverá estabelecer, pela própria jurisprudência, quando seu entendimento sobre determinado tema se afigurar dominante. Esse exame de sua jurisprudência, contudo, não deve ser feito subjetivamente. Assim como sustento, os autores entendem que o STJ deverá se valer de critérios puramente objetivos, a partir do preenchimento de requisitos mínimos. Em suas palavras, “a jurisprudência não deveria se tornar dominante por força constitutiva de uma manifestação do respectivo Tribunal; antes, tal declaração tem um caráter declaratório de uma maturidade institucional a respeito do assunto” (Abboud; Aires; Kroschinsky, 2022, p. 241-261).

No elenco das hipóteses de presunção legal da relevância, o sexto e último inciso do § 3.º do art. 105 da CF consigna a presunção **em outras hipóteses previstas em lei**.

Apesar de a cláusula aberta permitir a inserção de novas hipóteses, penso que o legislador constituinte derivado deveria ter inserido nesse rol, de maneira expressa, o recurso interposto contra acórdão em ação civil pública, especialmente porque o STF, há não muito tempo, declarou a inconstitucionalidade do art. 16 da Lei da ACP, extinguindo o limite territorial dos efeitos da decisão proferida nessa sistemática.

Possível consequência prática desse cenário é a de haver decisões com efeitos *erga omnes* em que a última palavra a respeito da questão jurídica ali tratada tenha sido dada por um tribunal local, diante da inexistência da presunção da relevância. A inserção dos recursos interpostos contra essas decisões no elenco da relevância presumida, como já destaquei em outro espaço, poderá atenuar a **estadualização** da interpretação do direito federal, ao menos nessas hipóteses (Wambier; Malafaia, 2023).

O mesmo raciocínio se aplica aos recursos especiais interpostos contra acórdãos de IRDR. Embora seja de fácil visualização a presença do pressuposto nessas circunstâncias, tal hipótese não foi inserida no elenco da relevância presumida, o que, em meu entender, deve ser objeto de atenção por parte do legislador ordinário na regulamentação infraconstitucional da matéria, para não relegar à discricionariedade do Tribunal a averiguação da existência ou não da relevância.

Também entendo, como já consignei em outro espaço, em coautoria, que a hipótese de interposição de recurso especial com fundamento no art. 105, III, *c*, da CF, com vista a garantir a uniformização da interpretação da lei federal no país, deve igualmente constar no elenco da relevância presumida, resguardada a incumbência ao recorrente de adequadamente demonstrar o dissídio jurisprudencial (Wambier; Malafaia, 2023).

O mesmo se diga quanto à defesa de garantias processuais asseguradas na Constituição Federal. A grande maioria dessas questões, quando submetidas ao STF, acaba por não ser lá apreciada sob o fundamento de se tratar de ofensa reflexa à Constituição (Tema 660 de Repercussão Geral). Logo, nos casos em que se reputar não estar caracterizada a relevância da questão federal, a última palavra sobre a garantia processual constitucionalmente consagrada será dada por tribunal local.

Na proposta de anteprojeto apresentada pelo STJ, o § 4.º do art. 1.035 proposto, ao tratar do tema, restringe-se a referenciar o elenco do art. 105, § 3.º, da CF. Contudo, nada impede que hipóteses de tamanha importância sejam acrescentadas no curso do processo legislativo.

Sobre a vigência da norma, o art. 2.º da EC dispõe que a relevância será exigida nos recursos especiais interpostos após a entrada em vigor da emenda. Nessa oportunidade, estabelece o dispositivo, a parte poderá atualizar o valor da causa para fins de caracterização da relevância presumida. A demonstração da relevância apenas poderá ser exigida após a regulamentação infraconstitucional (Wambier; Talamini, 2022).

Há muitos pontos que necessitam de melhor regulamentação antes da incidência da norma, para que possam ser adequadamente compreendidos e aplicados e também para que se possa conferir tratamento isonômico a todos os jurisdicionados.

Logo que promulgada a Emenda Constitucional, parte da doutrina, em sentido contrário, consignou a incidência imediata da exigência do pressuposto. Para Daniel Mitidiero (2022), a regulamentação infraconstitucional “é bem-vinda”, porém, não é imprescindível. No entender do autor, é possível, pelo emprego da analogia, transplantar a disciplina legal conferida à repercussão geral para fins de aplicação imediata da relevância da questão federal.

Há também autores que defenderam a aplicabilidade imediata do filtro da relevância apenas às questões expressamente estabelecidas no § 3º do art. 105, ou seja, aquelas em que a relevância se afigura presumida.⁷

No plano prático, em um primeiro momento, muitos adotaram a recomendação mais conservadora, realizando desde logo, na confecção das peças recursais, a comprovação do atendimento do pressuposto em tópico próprio.

⁷ Cf. DOTTI, Rogéria Fagundes. A relevância das questões de direito federal: a mutação funcional do STJ. In: **Relevância no REsp: pontos e contrapontos**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. Livro eletrônico, p. RB-9.2.

Em outubro de 2022, porém, o Pleno do STJ aprovou o Enunciado Administrativo n. 8, estabelecendo que a indicação dos fundamentos da relevância da questão federal apenas passará a ser exigida para recursos interpostos contra acórdãos publicados após a entrada em vigor da lei regulamentadora.

Significa que, mesmo quando a lei regulamentadora for promulgada e passar a vigorar, a exigência não recairá sobre recursos interpostos contra decisões publicadas antes da entrada em vigor dessa lei, ainda que a interposição do recurso em si ocorra posteriormente.

Em relação à apreciação da presença da relevância em cada caso, Daniel Mitidiero sustenta que não competirá aos tribunais estaduais e regionais, no juízo provisório de admissibilidade do recurso especial, realizar essa avaliação. Para o autor, essa atribuição recairá sobre o órgão que realizará o julgamento do recurso especial, reservada aos tribunais locais a atribuição de “continuar decidindo a respeito dos outros requisitos que levam ou não ao conhecimento do recurso” (Mitidiero, 2022, p. RB-2.6.).

Outro aspecto de extrema importância a ser examinado no campo da exigência da relevância da questão veiculada no recurso especial diz respeito aos efeitos que serão conferidos à decisão que negar a presença da relevância. Questiona-se se tais efeitos se assemelharão ao regime da arguição de transcendência na esfera trabalhista ou ao da repercussão geral. Isto é, se tais decisões vincularão apenas o caso concreto ou impossibilitarão a apreciação de todos os outros recursos que versem idêntica questão de direito.

É bastante provável, dada a profunda semelhança entre o texto normativo do pressuposto da relevância e o da repercussão geral, que o legislador ordinário se incline a conferir à decisão negativa de relevância efeitos *erga omnes*.

Aliás, a disposição do anteprojeto de lei apresentada pelo STJ parece seguir esse caminho. Segundo a alteração proposta para o parágrafo único do art. 1.039 do CPC, uma vez reconhecida a relevância da questão de direito federal infraconstitucional, o relator no STJ poderá determinar a suspensão de todos os processos em trâmite em todo o país, sejam eles individuais ou coletivos.

E nas disposições finais, o art. 5.º explicita que

reconhecida ou recusada, pelo Superior Tribunal de Justiça, a relevância da questão de direito federal infraconstitucional, todos os efeitos processuais e materiais do julgamento deverão incidir em processos em andamento no Superior Tribunal de Justiça e nas instâncias de origem.

Caso essa disposição seja aprovada, os recorrentes terão que se valer do manejo do agravo interno para buscarem a subida do recurso mediante a aplicação da técnica da distinção (art. 1.030, § 2.º).

Em relação à qualificação e pluralidade do contraditório, o anteprojeto busca consagrá-lo mediante a autorização da manifestação de terceiros na análise da relevância (art. 1.035-A, § 5.º).

De maneira geral, o CPC/15, ao tratar da garantia do contraditório, não se restringiu à mera repetição da norma constitucional. O legislador redesenhou os contornos infraconstitucionais das garantias processuais impressas na Constituição, reiterando, especificando e aprofundando a regulação dos princípios fundamentais do processo, a partir de um amplo arcabouço de normas voltadas a conferir maior concretude ao contraditório⁸.

O que ocorre nos julgamentos no bojo dos quais se realiza a formação de precedentes não é a mitigação do contraditório, mas sua pluralização. Como já afirmei em diversas oportunidades, o contraditório, mais do que mera **ciência e reação** (que significa paridade de tratamento e bilateralidade da audiência), implica também na oportunidade de **plena participação** e de **efetiva influência** na formação do convencimento judicial.⁹

⁸ A respeito, ver WAMBIER, Luiz Rodrigues. Aspectos polêmicos da garantia constitucional do contraditório no novo CPC. *Revista Paradigma*, Ribeirão Preto, v. 25, a. XXI, n. 2, jul./dez. 2016, p. 2-12.

⁹ Cf. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Processo Civil*. 16. ed. São Paulo: RT, 2016, v. 1, p. 76-77.

O contraditório é pluralizado porque há espaço para o debate abrangente e participativo. O que significa que existe, para quem não é parte do recurso em relação ao qual se averiguará a relevância da questão federal, a oportunidade de participação e influência na formação do convencimento do órgão quanto a sua presença, ou não.

Os outros dispositivos do anteprojeto se dedicaram a compatibilizar a nova exigência com a proposta de acréscimo da relevância da questão federal às disposições do CPC que tutelam a sistemática da repercussão geral.

Ao art. 927, o anteprojeto propõe a inserção do inciso III-A, indicando que o acórdão proferido em julgamento de recurso especial submetido ao filtro da relevância passe a vincular juízes e tribunais.

Em relação ao art. 932, aventa a inserção da alínea *b*) aos incisos IV e V, o que, em termos práticos, conferirá ao acórdão do recurso especial com relevância da questão federal força vinculante média, possibilitando-se o estreitamento e a simplificação do procedimento por meio da aplicação do entendimento consignado em acórdão antecedente.¹⁰

Quanto à proposta de alteração do art. 1.030 do CPC, note-se que, se levada a cabo, permitirá que o tribunal recorrido negue seguimento a recurso especial que discuta questão infraconstitucional federal cuja relevância não tenha sido reconhecida pelo STJ ou a recurso especial interposto contra acórdão em conformidade com o entendimento do STJ proferido sob o rito da relevância.

Além disso, segundo a proposta de nova redação do inciso II do mesmo artigo, o tribunal poderá remeter ao órgão julgador para juízo de retratação quando o acórdão recorrido divergir do entendimento do STJ sob o regime da relevância.

O anteprojeto também sugere a inserção do “recurso especial com relevância da questão de direito federal infraconstitucional reconhecida”

¹⁰ A respeito, cf. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil: cognição jurisdicional** (processo comum de conhecimento e tutela provisória). 21. ed. v. 2. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 765-766.

ao § 3.º do art. 979, que trata da ampla publicidade da instauração e julgamento dos recursos repetitivos e da repercussão geral. O faz igualmente em relação ao parágrafo único do art. 998, dispondo que a desistência do recurso pela parte não impedirá a análise da questão com relevância reconhecida.

A desistência manifestada pelo recorrente afetará apenas o espectro da situação individual concreta em que se encontre, operando-se o trânsito em julgado da decisão recorrida. O recurso extinto servirá apenas como base para o desenrolar do julgamento da questão federal que se reputou afigurar-se relevante. Nesse caso, a questão relevante será apreciada pelo STJ, contudo, o resultado do julgamento não produzirá nenhum efeito sobre o caso concreto versado no recurso de que a parte desistiu.¹¹

Dada a profunda similaridade da regulamentação proposta para o regime da relevância da questão federal infraconstitucional com o tratamento legislativo conferido à repercussão geral, à recorribilidade da inadmissibilidade de recurso com fundamento na relevância deverá incidir a mesma regra aplicável à repercussão geral: não caberá o agravo do art. 1.042, devendo a parte valer-se do manejo do agravo interno. Essa diretriz possivelmente acarretará o esvaziamento concreto do uso do AREsp.

Por fim, no art. 6.º do anteprojeto, consta a incumbência ao STJ de estabelecer, por meio de seu Regimento Interno, as normas procedimentais necessárias ao cumprimento da Lei. Deverá, por exemplo, definir o órgão competente para apreciação da relevância, o modo de votação (se por sistema eletrônico ou não), questões relacionadas à gestão das matérias com e sem relevância reconhecida, entre outros temas relevantes para que adequadamente se operacionalize a implementação, em nosso sistema processual, da exigência da presença da relevância das questões discutidas para admissibilidade dos recursos especiais.

¹¹ Ver WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil: cognição jurisdicional** (processo comum de conhecimento e tutela provisória). 21. ed. v. 2. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 715.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de uma nova exigência para a admissibilidade dos recursos especiais se deve à necessidade de mitigação dos problemas com que se depara o STJ em decorrência do excessivo número de recursos submetidos a julgamento perante esse Tribunal. Fundamentou-se a inserção do novo requisito na necessidade de se propiciar ao STJ melhores condições para que possa exercer sua função constitucional de outorgar unidade ao direito federal infraconstitucional e uniformidade na interpretação da legislação federal, restringindo sua atuação a casos cujo impacto transcenda a esfera individual das partes.

Caberá ao legislador infraconstitucional a tarefa de conferir os contornos infraconstitucionais à nova exigência. O anteprojeto proposto pelo STJ traz a tônica que possivelmente se conferirá à regulamentação, aproximando-se o regime da relevância da questão federal ao da repercussão geral. Espera-se que, no curso do processo legislativo, novas e importantes hipóteses sejam acrescidas ao elenco da relevância presumida, garantindo-se a apreciação do STJ sobre questões relevantes para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; AIRES, Pedro França; KROSCHINSKY, Matthäus. Arguição de relevância em Recurso Especial: sistematização do conceito de jurisprudência dominante. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 1045, p. 241- 261, nov. 2022.

ALVIM, Teresa Arruda; DANTAS, Bruno. **Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores**: precedentes no direito brasileiro. 4. ed. em e-book baseada na 6. ed. impressa. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

CUNHA, Guilherme Antunes da; SCALABRIN, Felipe. A relevância da questão federal como novo requisito de admissibilidade do Recurso Especial: reflexões iniciais. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, a. 16, v. 23, n. 3, p. 120-148, set./dez. 2022.

DOTTI, Rogéria Fagundes. A relevância das questões de direito federal: a mutação funcional do STJ. *In*: **Relevância no REsp**: pontos e contrapontos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. Livro eletrônico.

MITIDIERO, Daniel. **Relevância no recurso especial**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. Livro eletrônico.

OSNA, Gustavo. Uma corte em “tragédia” pode ser suprema? Algumas notas sobre a relevância em recurso especial. *In*: **Relevância no REsp: pontos e contrapontos**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. Livro eletrônico.

PUGLIESE, William Soares. Superior Tribunal de Justiça, precedentes e relevância. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, a. 17, v. 24, n. 1, p. 468-495, jan./abr. 2023.

SERAU JR., Marco Aurélio; DANOSO, Denis. Relevância da questão federal como filtro de admissibilidade do Recurso Especial: análise das propostas de Emenda Constitucional n. 209/2012 e n. 17/2013. **Revista de Processo**, v. 224, p. 241-251, out. 2013.

THAMAY, Rennan; SEIXAS, Bernardo Silva de. A arguição de relevância do Recurso Especial. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 334, p. 185-203, dez. 2022.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. O Recurso Especial e a relevância da questão jurídica discutida. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, Salvador, n. 270, dez. 2022, p. 4-5. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8015>. Acesso em: 24 mar. 2023.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Aspectos polêmicos da garantia constitucional do contraditório no novo CPC. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, v. 25, a. XXI, n. 2, jul./dez. 2016, p. 2-12.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; MALAFAIA, Evie. O papel da Lei Regulamentadora na mitigação da estadualização da Lei Federal. *In*: MARQUES, Mauro Campbell *et al* (coords.). **Relevância da questão federal no recurso especial**. Londrina: Thoth, 2023.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**: cognição jurisdicional. 21. ed. v. I e II. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Uma proposta em torno do conceito de jurisprudência dominante. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 100, p. 81-87, out./dez. 2000.